



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
10 DE NOVEMBRO DE 2017
N.º 23/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Proposta/Pedido de Esclarecimento/Requerimentos – Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD – Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles..... 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião – Elaboração de Regulamento – Início do Procedimento..... 8
- 2 – Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte - Designação dos Representantes da Câmara Municipal..... 10
- 3 – Fixação da Participação Variável no IRS/2018 – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro..... 11
- 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis..... 12

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 5 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal 15

Serviços de Tesouraria

- 6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 20 de outubro a 06 de novembro de 2017 16

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 7 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes 16

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços do Desporto

- 8 – Associações Desportivas do Concelho – Atribuição de Subsídio e Aprovação da Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Época 2017/2018... 17



Serviços da Ação Social

- 9 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000 – Acordo de Formação
Prática em Contexto de Trabalho (FPCT)..... 19

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 20



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Proposta/Pedido de Esclarecimento/Requerimentos

Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD

Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte proposta: -----

----- **“Associações – Planos de Atividades, Orçamentos e Contas legalmente aprovadas”**. --

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Considerando que o Município de Santa Marta de Penaguião é investido e apoia as Associações desportivas, Recreativas e Culturais do concelho, cuja política pública é de extrema relevância para o desenvolvimento social, desportivo e cultural da nossa comunidade, com a qual concordamos e apoiamos; -----

----- Considerando que para a atribuição de apoios financeiros através de subsídios deverão estar reunidos alguns critérios estatutários por parte das Associações e normativos por parte do Município, de modo que não resultem situações de menor transparência na aplicação de recursos financeiros públicos; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal deverá deliberar a atribuição de subsídios, verificando sempre, se estão, a cada momento, reunidos os critérios legais e informativos para que a decisão seja assumida em consciência, segundo valores de equidade, de verdade, transparência e evitando-se deste modo suspeições que muitas vezes são infundadas. -----

----- PROPOSTA -----

----- Pelo exposto vimos solicitar a V.ª Ex.ª que a tomada de decisão sobre a atribuição de subsídios a Associações sem fins lucrativos, do concelho de Santa Marta de Penaguião, seja sempre acompanhada dos documentos estabelecidos nos normativos legais e em vigor, nomeadamente o plano de atividades, orçamento e contas do ano anterior aprovadas pelo respetivo órgão deliberativo definido nos Estatutos Legais e em Vigor. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

----- **2** – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- **“Projetos aprovados pelo PO SEUR”** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que foi noticiado, durante a primeira semana de novembro de 2017, pelos meios de Comunicação Social que foram aprovadas candidaturas no âmbito do Plano Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência de Recursos, totalizando o valor de 0.73M€, vimos solicitar que nos seja facultada a enumeração dos respectivos projetos aprovados, bem como os respectivos valores associados. -----

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

----- **3** – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os requerimentos do seguinte teor: -----

----- **3.1 – “Requerimento de 13 de janeiro de 2017” – Caves Santa Marta.** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- **INTRODUÇÃO** -----

----- Considerando que a Empresa Caves Santa Marta, que labora em regime cooperativo, agregando mais de 1500 pequenos e médios produtores do sector vitícola, em que mais de 95% estão sediados no concelho de Santa Marta de Penaguião; -----



----- Considerando que a aludida empresa foi e continua a ser um dos principais motores na vinificação, na promoção do concelho e do vinho; -----

----- Considerando ainda que esta empresa é direta e indiretamente uma das maiores empregadoras do concelho, mormente atravessar enormes dificuldades de sustentabilidade económica e financeira há cerca de uma década; -----

----- Considerando que tivemos conhecimento que no dia 13 de janeiro de 2017 foi apresentado pela Direção das Caves Santa Marta, um requerimento dirigido a V.ª Ex.ª, solicitando um apoio financeiro para a substituição de “equipamentos no sistema de extração de bagaço das prensas e na alimentação elétrica do quadro dos autovidantes”, cujo valor do pedido ascendia a 57.476,40€, sem reportar o Imposto de Valor Acrescentado, uma vez que este imposto é recuperado através do mecanismo de dedução previsto. -----

----- Pelas considerações expostas, vimos solicitar, que nos informe, em que data foi emitido o ofício em resposta ao pedido realizado pela Direção das Caves Santa Marta, se o mesmo mereceu desta Câmara Municipal deferimento, ou em caso de indeferimento quais os motivos técnico-administrativos e jurídicos para a decisão. -----

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

----- **3.2 – “Programa instituído pelo Regulamento n.º 1016/2016” – Publicado no DR, 2.ª série, n.º 213, 7 de novembro de 2016.** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as informações abaixo indicadas, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- **INTRODUÇÃO** -----

----- Considerando que no pretérito mês de setembro, de 2017, foram aprovadas as candidaturas no âmbito da Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados em Condições Habitacionais Comprovadamente Desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião, e considerando que os valores envolvidos ascendem a centenas de milhares de euros, é um imperativo constitucional, e de lealdade política para com os cidadãos penaguienses, realizar o



acompanhamento e obter as informações necessárias da aplicação material desta política pública de âmbito municipal. -----

---- QUESTÕES/ PEDIDO DE INFORMAÇÕES ESCRITAS -----

---- 1. Que nos seja facultada uma lista completa, com a indicação nominal dos cidadãos contemplados com o referido apoio, agregando cópia simples da respectiva certidão permanente, emitida pela respectiva Conservatória do Registo Predial; -----

---- 2. Uma vez que o Programa está em execução: -----

---- a) Quantos edifícios foram intervencionados até à presente data? -----

---- b) Quantos candidatos receberam o apoio financeiro até à presente data? -----

---- c) Cópia simples dos autos de recepção elaborados pela fiscalização, caso existam, confirmando a execução e conclusão das intervenções. -----

---- 3. Uma vez que o apoio concedido foi financeiro, não contemplando, por exemplo a atribuição de materiais ou trabalhos específicos a realizar por colaboradores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, concluímos, salvo melhor opinião, que foi sistematicamente adotada o recurso à contração externa, pelo que esta modalidade deve reger-se pelos Procedimentos Legais para a Contratação de despesas Públicas. Pelo que solicitamos esclarecimentos se tais procedimentos foram ou se estão a ser legalmente tratados. -----

---- Pedimos deferimento. -----

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

---- O Vereador. -----

---- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

---- **3.3 – “Despoluição da Ribeira D’ Arcã”** -----

---- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

---- INTRODUÇÃO -----

---- Considerando que persiste um problema de frequentes descargas poluidoras na linha de água que atravessa a Vila de Santa Marta de Penaguião, denominada Ribeira D’ Arcã. -----

---- Considerando que é do conhecimento geral que existem, em certas zonas da Vila, ligações de esgotos diretamente ligados à referida linha de água, que consideramos em pleno século XXI



inaceitável, por desrespeito pelo ambiente, pela redução da qualidade do ar, contraproducente para uma vivência saudável dos cidadãos residentes e sustentabilidade na oferta turística. -----

---- QUESTÕES -----

---- a) O Município mandou elaborar algum estudo que contemple soluções para mitigar estas duas situações? Nomeadamente a despoluição da Ribeira D'Arcã, em toda a sua extensão capeada e no troço a céu aberto até ao Rio Corgo. Bem como a reabilitação da rede de esgotos nas zonas da Vila em que as descargas de esgotos são realizadas diretamente para o meio hídrico. -----

---- b) No caso afirmativo, quando serão iniciados esses trabalhos, e qual o seu custo global? ---

---- Pedimos deferimento. -----

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

---- O Vereador. -----

---- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Orçamento Participativo do Município de Santa

Marta de Penaguião – Elaboração de Regulamento

– Início do Procedimento

---- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “Considerando que o Orçamento Participativo se edifica tendo na sua génese o princípio da democracia e estado de direito democrático, conforme o preceituado no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), contribuindo para uma intervenção ativa e informada dos cidadãos na vida política local; -----

---- Considerando que, por força do artigo 48.º da CRP, “*Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.*”; -----



----- Considerando que o que está em causa é a possibilidade prática dos cidadãos intervirem, participando coletivamente, no orçamento do município, concentrando no Orçamento Participativo a possibilidade de expressarem, eles mesmos, a sua própria vontade e de avaliarem se as suas propostas são executadas ou não, uma vez que será a administração pública municipal que dispõe das atribuições e competências e dos meios técnicos e materiais para as executar; -----

----- Considerando que, mediante a apresentação de propostas, os cidadãos têm o poder de decidir como devem ser investidas certas verbas, disponibilizadas para o efeito, no orçamento público local; -----

----- Considerando que para que se incremente o Orçamento Participativo no Município é necessário, previamente, aprovar um regulamento com eficácia externa e que para tal, assegurando o devido cumprimento da lei. -----

----- Assim, em conformidade com o referido, propõe-se ao Executivo que para efeitos dos artigos 97.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, delibere no sentido de: -----

- a) Autorizar o início do procedimento para elaboração da proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião; -----
- b) Fixar a data até à qual os interessados se possam constituir como tal e apresentarem os seus contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos das disposições legais referidas." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento para elaboração da proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias úteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da informação dos serviços. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *"Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos*

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



do abrigo do art.º 2º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar a seguinte declaração de voto: -----

Assunto: “ Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião” -----

Considerando que no ano de 2016 foi apresentada neste órgão municipal uma proposta, pelo Partido Social Democrata, para dar início ao procedimento para a criação do “Orçamento Participativo”, o qual foi rejeitado pela maioria do Partido Socialista; -----

Considerando que uma proposta com o mesmo objetivo foi apresentada na Assembleia Municipal, durante o ano de 2017, pelos Senhores Deputados Municipais, a qual foi novamente rejeitada pela maioria do Partido Socialista;

A nossa orientação de voto para a proposta agora apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, irá obviamente no sentido de voto favorável, uma vez que acreditamos na bondade desta medida, potenciadora de inovação e de um maior envolvimento dos nossos cidadãos na participação da vida pública do concelho de Santa Marta de Penaguião.” -----

Relativamente à declaração de voto apresentada, o Senhor Presidente da Câmara, disse o seguinte: -----

----- “O Orçamento Participativo foi proposta do Partido Socialista em 2013 que não foi concretizada pelas razões apresentadas em Assembleia Municipal constantes da respetiva ata, pelo que se sugere ao Senhor Vereador que faça a leitura das atas daquele órgão deliberativo.” -----

**Assembleia Intermunicipal da Associação de
Municípios do Vale do Douro Norte - Designação
dos Representantes da Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



----- “Considerando que a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, da qual este Município faz parte, é constituída pelos Presidentes e por dois Vereadores de cada uma das Câmaras Municipais associados, conforme o que dispõe o artigo 14.º do respetivos Estatutos; -----

----- Considerando que teve lugar no passado 1 de outubro, a eleição dos Órgãos Representativos do Município, torna-se necessário a constituição de uma nova Assembleia Intermunicipal, a qual irá eleger o Conselho Diretivo da Associação, pelo que proponho que sejam designados os Senhores Vereadores que irão fazer parte daquela Assembleia.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, designar os Senhores Vereadores José Manuel Moreira Lopes e Prof. Urbano Salgueiro Vidal, como representantes do Município, na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte.** -----

Fixação da Participação Variável no IRS/2018

– Artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o nº 1 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro que aprovou o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do nº 2 do artigo 69º da referida Lei. -----

----- De harmonia com o disposto no nº 2 do supra citado artigo 26º, a participação variável depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017

comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária (AT), até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos. -----

---- Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo a ausência da comunicação à AT ou a receção da comunicação para além do prazo estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. -----

---- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou no ano transato uma participação variável no IRS de 1%, a incidir sobre os rendimentos de 2017, fundamentada em pressupostos que se mantêm na atualidade. -----

---- Assim, propõe-se ao Executivo: -----

- 1- Que delibere fixar a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos de 2017 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----
- 2- Que, em caso de aprovação da presente proposta, a mesma seja submetida à Assembleia Municipal nos termos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;" -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 0,5% a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Imposto Municipal sobre Imóveis

---- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



----- “Considerando o disposto no nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, deverão fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do nº 1, ou seja, 0,3% a 0,45% para os prédios urbanos (redação dada pela Lei nº 42/2016 de 28 de Dezembro).-----

----- Considerando que o nº 1 do artigo 112º-A do Código do IML, determina que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código de IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de Dezembro, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de Dependentes a cargo	Redução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

----- Face ao exposto, proponho; -----

- 1- Que, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2018, dos prédios urbanos; -----
- 2- Que, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta, a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para as famílias com dependentes a seu cargo na medida em que estes contribuintes têm despesas acrescidas, circunstância que importa atender em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis; -----
- 3- Que a proposta seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos no artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do artigo 25º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



----- Acresce que a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à AT-Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de Dezembro, para vigorar no ano seguinte, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 – Fixar em 0,3% a taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2018 sobre os prédios urbanos; -----

2 – Reduzir a taxa do IMI, a aplicar em 2018 para as famílias com dependentes a seu encargo, nos precisos termos constantes da tabela a que se refere o artigo 112.º-A do Código do IMI; -----

3 – Submeter a proposta à Assembleia Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com os artigos 112.º e 112.º-A do referido Código do IMI. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *"Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 2º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar a seguinte declaração de voto: -----*

Assunto: "Imposto Municipal sobre Imóveis" -----

Considerando o disposto do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), no que se refere à taxa a aplicar em cada ano, incidindo no valor tributário sobre imóveis, que está fixada no intervalo de 0,3% e 0.45% para prédios urbanos. -----

Considerando o disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), no que se refere à redução do valor da coleta para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, medida que permite aliviar alguma carga de impostos, e que pode ser aplicada no concelho de Santa Marta de Penaguião, variando de 20€ para um dependente a cargo, 40€ para dois dependentes a cargo e 70€ para três ou mais dependentes a cargo. -----



Considerando que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto (n.º 6, do artigo 112º) do CIMI. -----

A nossa orientação de voto para a proposta agora apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, irá no sentido de voto parcialmente favorável, uma vez que é proposta a taxa mínima regular de 0,30%, bem como a aplicação de redução do valor a cobrar de IMI para famílias numerosas ou com dependentes a cargo. Contudo, somos da opinião que na Área de Reabilitação Urbana da Vila de Santa Marta de Penaguião essa taxa poderia baixar, até à taxa de valor mínimo de 0.21%.” -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do
Senhor Presidente da Câmara Municipal**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alteração Orçamental efetuada no dia 30 de outubro de 2017. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 20
de outubro a 06 de novembro de 2017**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 20 de outubro a 06 de novembro de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	06/11/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)		5 707 467,07
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	4 541 287,77	
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	1 166 179,30	
			(*) Compromissos	7 360 565,55	
Receitas Orçamentais		5 807 128,41	Operações de tesouraria		335 269,58
Correntes	5 173 567,10		Saldo para o dia seguinte:		307 212,73
Capital	633 561,31		Execução orçamental	208 769,56	
Operações de tesouraria		363 806,26	Operações de tesouraria	98 443,17	
Total		6 349 949,38	Total		6 349 949,38

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO
E GESTÃO URBANA**

**Delegação de Competências - Informação do
Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes**

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as



decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de outubro de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Desporto

**Associações Desportivas do Concelho – Atribuição de
Subsídio e Aprovação da Minuta do Contrato-Programa
de Desenvolvimento Desportivo – Época 2017/2018**

----- 8 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “As nossas Associações desportivas são um património valioso, que projetam e divulgam o nome da nossa marca e têm vindo a desenvolver um enormíssimo trabalho na formação cívica e humana dos nossos jovens. -----

----- A sua atividade dá razão à existência das nossas estruturas onde se pratica desporto que tanto contribui para um crescimento saudável e para a inserção social dos atletas. -----

----- Considerando que as parcerias entre o nosso Associativismo Desportivo e o Município têm obtido resultados muito positivos, tendo vindo a aumentar significativamente o número de praticantes; -----

----- Considerando que o trabalho que desenvolvem possibilitam a toda a população momentos de lazer e entretenimento; -----

----- Considerando que só teremos um enorme futuro se apostarmos no presente e que para colher temos que semear, coloco à consideração do Executivo Municipal a aprovação dos montantes atribuir ao Real Clube de Penaguião, Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião e Grupo Cultural e Desportivo de Sever, dos Planos de Desenvolvimento Desporto

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017



para a época 2017/2018, bem como minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, anexo. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, em conformidade com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro: -----

1 – Atribuir ao Real Clube de Penaguião, uma comparticipação financeira no valor total de 16.600,00€ (dezasseis mil e seiscentos euros) sendo 1.700,00€ (mil e setecentos euros) a atribuir a cada escalão em competição perfazendo um total de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros) e 11.500,00€ (onze mil e quinhentos euros) à modalidade de Futsal Feminino; -----

À Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, uma comparticipação financeira no valor de 40.500,00€ (quarenta mil e quinhentos euros); -----

Ao Grupo Cultural e Desportivo de Sever, uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros); -----

2 – A minuta dos contratos-programa a celebrar entre o Município e cada uma das associações desportivas. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, que apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 2º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar a seguinte declaração de voto: -----*

Assunto: “Atribuição de subsídios: Contrato- Programa” -----

Considerando as exigências regulamentares legais, que as Associações Desportivas, Recreativas e Culturais devem cumprir nomeadamente na apresentação de um Plano de Atividades, Orçamento e contas aprovadas pelo órgão deliberativo conforme a sua constituição estatutária; -----



Considerando que não nos foi remetida qualquer informação referida no parágrafo anterior; -----

A nossa orientação de voto para a proposta vai no sentido de voto desfavorável, uma vez que não estamos devidamente informados para a decisão para a qual nos devemos pronunciar.” -----

Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000

Acordo de Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT)

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião trabalha para que todos os penaguienses sejam felizes. Assim sendo, o grande objetivo passa pela integração socioprofissional de todas as pessoas carenciadas, nomeadamente das pessoas com deficiência ou incapacidade, que por sua vez têm dificuldades acrescidas para se inserirem no mercado de trabalho. -----

----- Desta forma e sempre numa perspetiva inclusiva, aceitamos no nosso seio, jovens e adultos que sendo em tudo iguais a nós, detêm algumas dificuldades especiais. Acreditamos que estamos a contribuir para que estes jovens possam desenvolver novas competências profissionais e relacionais construindo hipóteses de integração definitivas no futuro. Todos têm algo de bom para dar e na sua diferença, marcam a diferença na nossa gestão, e no mundo dos colegas com quem trabalham. -----

----- Não menosprezando ou ignorando as limitações de ninguém, entendemos que estas pessoas consideradas menos capazes, trazem enumeras vantagens a qualquer organização e não abandonamos a vontade nem o desígnio de os ter. -----

----- Assim propõe-se ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea d) do nº2 do artigo 23º e na alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro que: -----

----- a) Aprove a minuta do Acordo de Formação Prática em Contexto de Trabalho entre o Município e a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 23 de 10 de novembro de 2017

----- b) Aprove uma comparticipação financeira no valor de 150 euros mensais a transferir para a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento." -----

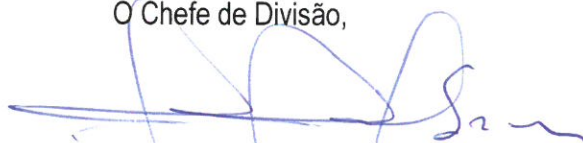
----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, uma comparticipação financeira anual no valor total de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), a transferir para a Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, bem como a minuta do Acordo de Formação Prática em Contexto de Trabalho a celebrar entre o Município e a Associação 2000. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

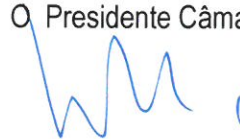
----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)